

# Informe Macroeconômico

24 a 28/04/2023 - Ano 3 | N° 90



## Destaques

- Paraíba e Maranhão são destaques no Comércio no início de 2023:** Nos estados pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste, Paraíba e Maranhão foram os destaques no comércio varejista restrito no início de 2023, em razão do crescimento, em janeiro, do volume de vendas em 15,9% e 12,9%, respectivamente, segundo dados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os estados também anotaram crescimento no comércio varejista ampliado: Paraíba (+13,9%) e Maranhão (+5,2%). O volume de vendas do comércio varejista restrito no Brasil cresceu 2,6% em Janeiro de 2023 sob a mesma comparação.
- Inflação do Nordeste em Março Registra 0,51%:** Na Região Nordeste, o IPCA foi +0,51%, -0,32 p.p. abaixo da taxa de +0,83%, registrada no mês anterior. No ano, o IPCA do Nordeste acumula alta de +1,99% e, nos últimos 12 meses terminados em março, +4,71%, abaixo dos +5,86% registrados em fevereiro. Em março, no Nordeste, Transportes é o principal destaque (+1,87% e impacto de +0,35 p.p.), que junto com Saúde e cuidados pessoais e Habitação, respondem por 92,1% do índice regional.
- Bahia, Pernambuco, Ceará e Maranhão registraram os maiores saldos de emprego no 1º bimestre de 2023:** No 1º bimestre de 2023, a Bahia (+11.520) despontou com maior saldo de empregos, seguido por Ceará (+7.961), Pernambuco (+1.904) e Maranhão (+1.881). Nos estados da Bahia, do Ceará e de Pernambuco, os novos empregos foram fomentados, principalmente, pelos setores de Serviços e Construção. Enquanto, no Maranhão, os maiores registros de empregos em carteira assinada foram emitidos nos setores de Serviços e Agropecuária.
- Índice de Endividamento (GRE) apresenta redução no Nordeste em 2022:** A evolução positiva do Grau de Endividamento dos Estados brasileiros, vem ocorrendo desde 2020. Em 2021, o cenário apresentou-se mais favorável. O quadro mais atual, no final de 2022, mostra que a evolução continua, em que apenas a Região Norte teve um pequeno acréscimo em seu nível de endividamento, contudo, continua com o menor índice entre as Regiões. O Grau de Endividamento (GRE) do Nordeste era 0,36 em 2021, e passou para 0,32, em 2022.
- Desempenho Fiscal do Governo Federal em 2023:** As contas do Governo Federal apresentaram um superávit primário de R\$ 37,8 bilhões, no acumulado dos dois primeiros meses deste ano, resultado que, embora favorável, foi menor do que o observado no mesmo período do ano passado (R\$ 56,4 bilhões). Em janeiro de 2023, as contas do Governo Central registraram um superávit bastante expressivo, de R\$ 78,3 bilhões, puxado pelo volume da arrecadação de impostos, contribuições e de outras receitas, que alcançou o montante de R\$ 251,7 bilhões, acima do que as projeções indicavam, sendo o maior valor já obtido no mês de janeiro, desde 1995. Em fevereiro, no entanto, foi registrado déficit de R\$ 40,9 bilhões.

## Projeções Macroeconômicas - Boletim Focus - Séries de Expectativas de 11/04/2023

Mediana - Agregado - Período	2023	2024	2025	2026
IPCA (%)	6,01	4,18	4,00	4,00
PIB (% de crescimento)	0,90	1,40	1,72	1,80
Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)	5,24	5,26	5,30	5,35
Meta Taxa Selic - fim de período (% a,a)	12,50	10,00	9,00	8,75
IGP-M (%)	3,50	4,18	4,00	4,00
IPCA Preços Administrados (%)	10,20	4,50	4,00	4,00
Conta Corrente (US\$ Bilhões)	-49,90	-52,00	-49,55	-46,00
Saldo da Balança Comercial (US\$ Bilhões)	55,48	52,30	54,40	51,90
Investimento Direto no País (US\$ Bilhões)	80,00	80,00	80,00	82,50
Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB)	61,30	64,50	66,95	68,30
Resultado Primário (% do PIB)	-1,00	-0,80	-0,50	-0,30
Resultado Nominal (% do PIB)	-7,80	-7,10	-6,20	-6,00

ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE - ETENE | Economista-Chefe: Luiz Alberto Esteves. Gerente de Ambiente: Tibério Rômulo Romão Bernardo. Célula de Estudos e Pesquisas Macroeconômicas. Gerente Executivo: Allisson David de Oliveira Martins. Equipe Técnica: Adriano Sarquis Bezerra de Menezes, Antônio Ricardo de Norões Vidal, Helen Cristina Rodrigues Saraiva Leão, Laura Lúcia Ramos Freire, Liliane Cordeiro Barroso e Wellington Santos Damasseno. Célula de Gestão de Informações Econômicas. Gerente Executivo: Marcos Falcão Gonçalves. Projeto Gráfico/Diagramação: Gustavo Bezerra Carvalho, Revisão Vernacular: Hermano José Pinho. Estagiário: Ana Lara Rodrigues Viana. Jovem Aprendiz: Alexandre de Oliveira do Nascimento e Isabelle Iorranna Braga da Silva.

Aviso Legal: O BNB/Etene não se responsabiliza por quaisquer atos/decisões tomadas com base nas informações disponibilizadas por suas publicações e projeções. Desse modo, todas as consequências pelo uso de quaisquer dados ou análises desta publicação serão de responsabilidade exclusivamente do usuário, eximindo o BNB de todas as ações decorrentes do uso deste material. O acesso a essas informações implica a total aceitação deste termo de responsabilidade. Os conceitos e opiniões emitidos nesse documento não refletem necessariamente o ponto de vista do BNB. É permitida a reprodução das matérias, desde que seja citada a fonte.

## Paraíba e Maranhão são destaques no Comércio no início de 2023

O volume de vendas do comércio varejista restrito no Brasil cresceu 2,6% em Janeiro de 2023 na comparação com o mesmo período no ano de 2022, segundo dados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No comércio varejista ampliado que, além das atividades do varejo restrito, inclui as atividades de Veículos, motos, partes e peças e de Material de construção, o volume de vendas apresentou crescimento de 0,5%, na mesma comparação.

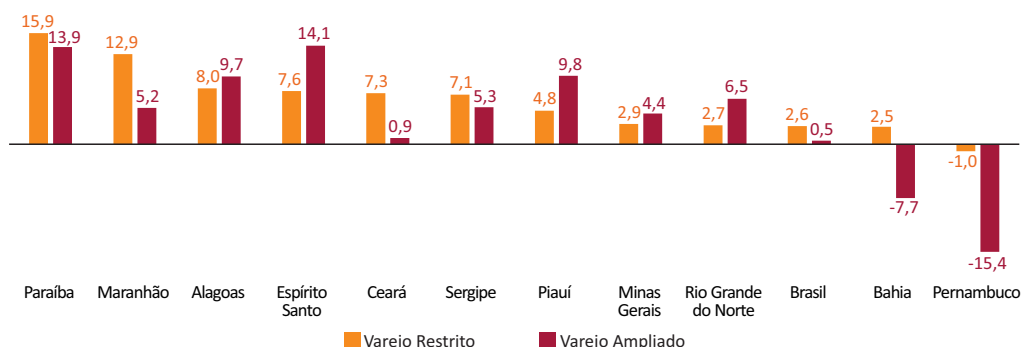
Dentre os dez grupos de atividades pesquisadas e analisadas para o Brasil, os maiores crescimentos foram verificados em Combustíveis e Lubrificantes (+26,7%), Livros, jornais, revistas e papelaria (+15,2%) e Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (+14,8%).

Em relação aos estados pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste, Paraíba (15,9%) e Maranhão (12,9%) foram os destaques no comércio varejista restrito no início de 2023, enquanto Pernambuco (-1,0%) registrou desempenho negativo na comparação de Janeiro de 2023 com o mesmo mês do ano anterior. Os estados de Alagoas (+8,0%), Espírito Santo (+7,6%), Ceará (7,3%), Sergipe (7,1%), Piauí (+4,8%), Minas Gerais (+2,9%), Rio Grande do Norte (+2,7%) e Bahia (+2,5%) também apresentaram crescimento no volume de vendas. Quanto ao comércio varejista ampliado, os destaques positivos foram: Paraíba (+13,9%) e Maranhão (+5,2%). Em direção oposta, as maiores variações negativas foram observadas em Bahia (-7,7%) e Pernambuco (-15,4%).

Dentre os cinco estados pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste nos quais são analisadas as atividades, a que apresentou maior destaque positivo foi Livros, jornais, revistas e papelaria, no Espírito Santo, (+58,9%) e Bahia (+36,3%), seguido de Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação na Bahia (+41,9%) e também no Espírito Santo (+36,1%). Em sentido oposto, o destaque negativo foi verificado em Móveis, na Bahia (-47,6%), Veículos, motocicletas, partes e peças, em Pernambuco (-31,5%) e Bahia (-29,3%) e Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação, em Pernambuco (-30,2%).

No tocante ao comércio varejista ampliado, resultado positivo de destaque foi observado em Material de Construção, no Espírito Santo (38,8%). Em direção oposta, registrou-se fortes declínios de vendas de Veículos, motocicletas, partes e peças, em Pernambuco (-31,5%) e Bahia (-29,3%). Ainda no mesmo setor, Espírito Santo foi destaque positivo com crescimento (+24,3%). A pressão inflacionaria, atrelado ao aumento de juros, ainda vem afetando negativamente essas atividades a partir da redução do poder de compra das famílias.

**Gráfico 1 – Variação (%) do volume de vendas do comércio - Brasil e estados selecionados - Mês/igual mês do ano anterior Janeiro 2023**



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE. PMC Janeiro 2023.

**Tabela 1 – Variação (%) do volume de vendas do comércio e atividades - Brasil e Estados selecionados  
Mês/mesmo mês ano anterior janeiro 2023**

Comércio e atividades	Brasil	Ceará	Pernam- buco	Bahia	Minas Gerais	Espírito Santo
<b>Comércio varejista</b>	<b>2,6</b>	<b>7,3</b>	<b>-1,0</b>	<b>2,5</b>	<b>2,9</b>	<b>7,6</b>
Combustíveis e lubrificantes	26,7	17,3	23,6	19,2	28,6	15,1
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	2,2	8,1	1,3	6,5	2,4	8,5
Hipermercados e supermercados	2,6	8,6	1,1	8,5	1,9	8,1
Tecidos, vestuário e calçados	2,3	18,8	-12,6	11,4	0,9	-6,7
Móveis e eletrodomésticos	3,4	6,0	5,4	-15,1	5,3	-4,2
Móveis	-6,8	-3,5	-1,9	-47,6	-12,9	0,4
Eletrodomésticos	7,2	15,6	9,0	12,0	13,7	-1,0
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	-7,6	-1,2	-3,5	-7,3	-0,4	-6,2
Livros, jornais, revistas e papelaria	15,2	-9,0	-19,7	36,3	18,7	58,9
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	14,8	25,5	-30,2	41,9	3,1	36,1
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	-6,5	-3,7	-15,9	-12,6	-8,7	-2,8
<b>Comércio varejista ampliado</b>	<b>0,5</b>	<b>0,9</b>	<b>-15,4</b>	<b>-7,7</b>	<b>4,4</b>	<b>14,1</b>
Veículos, motocicletas, partes e peças	4,4	0,9	-31,5	-29,3	11,0	24,3
Material de construção	1,1	-22,3	7,1	10,6	6,9	38,8

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE. PMC Janeiro 2023.

## Inflação do Nordeste em Março Registra 0,51%

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA de março teve alta de 0,71%, 0,13 ponto percentual (p.p.) abaixo da taxa de 0,84% registrada em fevereiro. No ano, o IPCA acumula alta de 2,09% e, nos últimos 12 meses, de 4,65%, abaixo dos 5,60% observados nos 12 meses imediatamente anteriores. Dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados, oito registram alta em março. A exceção foi Artigos de residência (-0,27%), que tinha registrado alta de 0,11% em fevereiro. O maior impacto (0,43 p.p.) e a maior variação (2,11%) no índice do mês vieram de Transportes. Na sequência, foram Saúde e cuidados pessoais (0,82%) e Habitação (0,57%), que desaceleraram em relação ao mês anterior, contribuindo com 0,11 p.p. e 0,09 p.p., respectivamente. Os demais grupos ficaram entre o 0,05% de Alimentação e bebidas e o 0,50% de Comunicação.

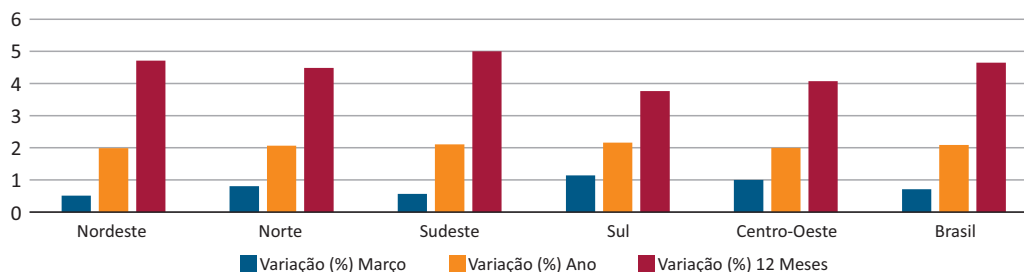
Na Região Nordeste, o IPCA foi +0,51%, -0,32 p.p. abaixo da taxa de +0,83%, registrada no mês anterior. No ano, o IPCA do Nordeste acumula alta de +1,99% e, nos últimos 12 meses terminados em março, +4,71%, abaixo dos +5,86% registrados em fevereiro. Em março de 2022 o índice regional foi de +1,61%.

Em março, no Nordeste, Transportes é o principal destaque (+1,87% e impacto de +0,35 p.p.), que junto com Saúde e cuidados pessoais e Habitação, respondem por 92,1% do índice regional. No primeiro, gasolina (+7,3% e impacto de +0,36 p.p.) e ônibus urbano (+1,8% e impacto de +0,03 p.p.), são as principais variações positivas, que compensaram as deflações nas passagens aéreas (-8,6% e impacto de -0,04 p.p.) e óleo diesel (-4,9% e impacto de -0,02 p.p.). A gasolina variou entre +1,6% (Fortaleza) e +11,2% (São Luís). Plano de saúde (+1,2% e impacto de +0,04 p.p.) é o destaque em Saúde e cuidados pessoais. Em Habitação, as principais variações são de energia residencial (+0,9% e impacto de +0,04 p.p.) e gás butano (+0,5% e impacto de +0,01 p.p.).

No acumulado do ano, no índice regional, os três grupos mais importantes no mês (Transportes, Saúde e cuidados pessoais e Habitação), mais o grupo Educação, representam 81,6% do IPCA. Gasolina (+13,0% e impacto de +0,6 p.p.) e veículo próprio (+1,5% e impacto de 0,1 p.p.), detêm as principais variações em Transportes. Cabe destacar a deflação em passagens aéreas (-19,9%). O destaque em Educação são os cursos regulares (+7,9% e impacto de 0,4 p.p.). No grupo Saúde e cuidados pessoais, realçam dois itens, plano de saúde (+3,7% e impacto de 0,1 p.p.) e higiene pessoal (+1,7% e impacto de 0,1 p.p.). Em Habitação, os destaques são, energia residencial (+4,9% e impacto de 0,2 p.p.), aluguel e taxas (+1,2% e impacto de 0,1 p.p.). Cabe citar a deflação no gás de botijão (-3,4% e impacto de -0,06 p.p.).

Em doze meses, terminados em março, Alimentação e bebidas, representa 38,3% do IPCA regional. Os outros dois principais fatores são Saúde e cuidados pessoais (33,4% do IPCA) e Vestuário (15,4% do índice regional). Em Alimentação e bebidas, as principais variações são do leite e derivados (+18,3%), refeição (+6,9%), pão francês (+16,3%), frutas (+11,9%), farinha de mandioca (+29,6%) e lanche (+11,9%). Em Saúde e cuidados pessoais, as principais variações são em plano de saúde (+13,2%), higiene pessoal (+13,1%) e produtos farmacêuticos (+9,5%). Roupas (+13,2%) e calçados e acessórios (+17,0%), são os destaques em Vestuário.

**Gráfico 1 – IPCA (%) – Brasil e Regiões – Março 2023, Ano e em 12 Meses terminados em março de 2023**



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (2023).

**Tabela 1 – IPCA (%) e Impactos por Grupo Pesquisado (p.p) – Nordeste e Capitais pesquisadas na Região – 12 meses, terminados em março de 2023**

IPCA - Grupo Pesquisado	Fortaleza	Recife	Salvador	Aracaju	São Luis	Nordeste	Brasil
<b>Índice Geral (%)</b>	<b>4,47</b>	<b>4,48</b>	<b>5,36</b>	<b>4,59</b>	<b>3,45</b>	<b>4,71</b>	<b>4,65</b>
Alimentação e Bebidas - p.p.	1,71	2,01	1,78	1,47	1,78	1,81	1,56
Habituação - p.p.	0,02	-0,32	0,73	-0,43	-0,69	0,10	-0,04
Artigos de Residência - p.p.	0,21	0,07	0,01	0,03	0,27	0,09	0,13
Vestuário - p.p.	0,66	0,72	0,73	0,86	0,74	0,73	0,61
Transportes - p.p.	-0,15	-0,47	-0,63	-0,31	-0,78	-0,49	-0,36
Saúde e Cuidados Pessoais - p.p.	1,32	1,64	1,62	1,98	1,49	1,57	1,54
Despesas Pessoais - p.p.	0,32	0,35	0,61	0,50	0,43	0,46	0,71
Educação - p.p.	0,47	0,53	0,56	0,55	0,32	0,51	0,46
Comunicação - p.p.	-0,10	-0,04	-0,05	-0,06	-0,10	-0,06	0,03

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (2023).

## Bahia, Pernambuco, Ceará e Maranhão registraram os maiores saldos de emprego no 1º bimestre de 2023

Para o 1º bimestre de 2023, o mercado de trabalho formal no Nordeste vem apresentando crescimento, e essa tendência segue na maioria de seus estados, com efeito significativo sobre a recuperação econômica da Região. De acordo com o Ministério da Economia, no 1º bimestre de 2023, todos os estados do Nordeste apresentaram saldo de emprego positivo, com exceção da Paraíba. Assim sendo, Bahia (+11.520) despontou com maior saldo de empregos, seguido por Ceará (+7.961), Pernambuco (+1.904) e Maranhão (+1.881), vide Tabela 1.

Desta forma, esse crescimento do saldo de empregos positivo resultou no crescimento do estoque de empregos no acumulado de 2023. Entre os estados, Bahia (+0,6%) e Pernambuco (0,6%) apresentaram o crescimento do estoque de emprego mais acentuado na Região, cuja variação em cada estado foi superior à média regional (+0,4%), em relação a dezembro de 2022. Em seguida, Piauí (+0,4%), que pontuou variação igual à média regional (+0,4%).

De modo semelhante ao saldo de emprego positivo, a melhora das condições do mercado de trabalho impactou na representatividade regional do estoque de emprego, que é a quantidade total de vínculos celetistas ativos. A Bahia contabilizou 1.913.069 empregos formais, representando 27,2% do estoque de empregos regional, em fevereiro de 2023. Na sequência, destacam-se Pernambuco (1.383.305 postos, participação regional de 19,7%), Ceará (1.243.032 postos, cerca de 17,7%) e Maranhão (580.733 postos, com 8,3% do estoque de emprego regional). Os quatro estados representam cerca de 72,8% do estoque de empregos formais no Nordeste, conforme dados da Tabela 1.

Na Bahia, a geração de emprego no Estado foi fomentada principalmente por Serviços (+7.104) e Construção (+3.143). Em Serviços, os destaques foram em Educação (+2.264), Atividades profissionais, científicas e técnicas (+1.598) e Saúde Humana (+980). Na Construção, Construção de Edifícios (+1.453) registrou maior saldo de empregos, seguido por Obras de Infraestrutura (+1.317) e Serviços Especializados para Construção (+373).

Em Pernambuco, assim como na Bahia, os destaques foram nos setores de Serviços e Construção. Serviços (+11.502) se destacou devido à formação de novos empregos em Administração Pública (+4.323), Atividades Administrativas (+2.311) e Saúde Humana (+2.050). Na sequência, a geração de empregos na Construção (+407) foi impulsionada, principalmente, por Construção de Edifícios (+460).

No Ceará, Serviços (+6.567) foi o que mais formou novos postos de trabalho, no acumulado de 2023. Outros Serviços (+1.838), Administração Pública (+1.650) e Educação (+1.435) foram as atividades que mais impulsionaram o setor de Serviços no Estado cearense. Na Construção (+411), a ênfase de geração de empregos foi em Construção de Edifícios (+292).

Maranhão, Serviços (+1.730) e Agropecuária (+893) foram os setores que mais geraram novos empregos, no 1º bimestre de 2023. Em Serviços, o desempenho em Educação (+641), Atividades Administrativas (+548) e Alojamento e Alimentação (+231) estimularam a geração de novos postos de trabalho no setor. Na Agropecuária (+893), Produção de Lavouras Temporárias (+332), Atividades de Apoio à Agricultura e à Pecuária (+256), Produção Florestal (+215) e Pecuária (+93) pontuaram positivamente no saldo de emprego, com ênfase no cultivo de soja (+290), atividades de apoio à agricultura (+152), produção de florestas plantadas (+143) e criação de bovinos (+47).

Por atividade econômica, Serviços ampliou novos postos de trabalho em todas as Unidades Federativas na Região, com destaque em Pernambuco (+11.502), Bahia (+7.104) e Ceará (6.567), no acumulado de janeiro a fevereiro de 2023. Nesse período, Construção também participou para o agregado do saldo positivo na Região. O setor computou saldo positivo em oito estados do Nordeste, com maior projeção na Bahia (+3.143), Rio Grande do Norte (+714) e Paraíba (+669), conforme dados da Tabela 2.

**Tabela 1 – Saldo e Estoque do Emprego Formal - Nordeste e Estados – Fevereiro e 1º bimestre de 2023**

Estados	Saldo de Emprego Formal		Estoque do emprego formal (1) - 1º bimestre de 2023		
	fevereiro de 2022	1º bimestre de 2023	Estoque	Participação (%)	Variação (%) (2)
Maranhão	722	1.881	580.733	8,3%	0,3%
Piauí	913	1.177	314.976	4,5%	0,4%
Ceará	4.330	1.904	1.243.032	17,7%	0,2%
Rio Grande do Norte	433	104	458.438	6,5%	0,0%
Paraíba	523	-1.180	449.134	6,4%	-0,3%
Pernambuco	6.740	7.961	1.383.305	19,7%	0,6%
Alagoas	160	235	392.860	5,6%	0,1%
Sergipe	1.300	743	297.544	4,2%	0,3%
Bahia	8.043	11.520	1.913.069	27,2%	0,6%
<b>Nordeste</b>	<b>23.164</b>	<b>24.345</b>	<b>7.033.091</b>	<b>100,0%</b>	<b>0,4%</b>

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged (2023). Nota: (1) Estoque de emprego com posição até fevereiro de 2023; (2) Variação percentual do estoque de emprego em relação a dezembro de 2021.

**Tabela 2 – Saldo de Emprego, por Atividade Econômica - Nordeste e Estados – 1º bimestre de 2023**

Estados	Agropecuária	Indústria	Construção	Comércio	Serviços
Maranhão	893	272	-965	-49	1.730
Piauí	489	-26	356	347	11
Ceará	-703	-2.364	411	-2.007	6.567
Rio Grande do Norte	-2.087	-154	714	-139	1.770
Paraíba	-592	-1.779	669	-673	1.195
Pernambuco	-597	-1.596	407	-1.755	11.502
Alagoas	-303	-688	326	-541	1.441
Sergipe	-273	54	578	-691	1.075
Bahia	1.582	831	3.143	-1.140	7.104
<b>Nordeste</b>	<b>-1.591</b>	<b>-5.450</b>	<b>5.639</b>	<b>-6.648</b>	<b>32.395</b>

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged (2023).

## Índice de Endividamento (GRE) apresenta redução no Nordeste em 2022

O quadro financeiro das Unidades Federativas e Cidades brasileiras tem se constituído em um dos importantes temas para os formuladores de políticas públicas no Brasil. Nesse sentido, o BNB/Etene tem acompanhado regularmente o cenário das finanças públicas através do indicador denominado “Grau de Endividamento dos Estados (GRE)”. Os entes federados só podem tomar operações de crédito se seu GRE, constituído pela relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida, for menor que 2.

A evolução positiva do Grau de Endividamento dos Estados brasileiros, vem ocorrendo desde 2020. Em 2021, o cenário apresentou-se mais favorável. O quadro mais atual, no final de 2022, mostra que a evolução continua, em que apenas a Região Norte teve um pequeno acréscimo em seu nível de endividamento, contudo, continua com o menor índice entre as Regiões. O índice de endividamento nacional saiu de 0,88 (2021), para 0,77 (2022). Para as capitais, o índice que era 0,20 (2021), caiu para 0,07.

Quatro estados (MG, RJ, SP e RS), respondem por 84,8% da DCL (dívida consolidada líquida) do País em 2022, que é de R\$ 778,3 bilhões, e 46,0% da RCL (receita corrente líquida) do País (R\$ 1.006,7 bilhões). Estes, também, melhoraram seus índices de endividamento (GRE), que saíram de 1,57 (2021), para 1,43 em 2022. Nesse sentido, os estados do Nordeste são uma boa referência, na medida em que o GRE da Região era 0,36 em 2021, e passou para 0,32, em 2022.

O nível de endividamento das capitais representava 22,6% do Endividamento dos Estados (2021), caindo para 8,5% no final de 2022. O baixo nível de endividamento das capitais, comparado com os estados, sinaliza que estas têm autonomia e recursos para bancarem suas ações, enquanto fica para o Estado, a obrigação de atuação em todos os outros municípios, principalmente em saúde e infraestrutura. Na Região Nordeste, a relação entre os endividamentos das Capitais e Estados, saiu de 34,5% (2021), para 27,5%, em 2022.

O GRE da Região Nordeste, referente às capitais, registrou variação de -28,1%, em função do crescimento de sua Receita Corrente Líquida (variação nominal de +18,7%), acima da Dívida Consolidada Líquida (+6,9%). O Nordeste detém 8,8% da DCL nacional e 21,1% da RCL.

As maiores reduções nos níveis de endividamento estaduais, na Região, ocorreram no Ceará (-23,4%), Bahia (-20,9%) e Maranhão (-20,4%). No primeiro, houve uma redução na DCL de -7,5% e um aumento na RCL de +20,6%. Na Bahia, a DCL caiu -3,6% e a RCL aumentou em +21,8%. A DCL também caiu -3,6%, no Maranhão, enquanto a RCL aumentou +21,1%. Tanto a Paraíba, quanto o Espírito Santo têm GRE igual a zero porque tinham recursos em caixa acima do valor de suas DCL. O Estado de Alagoas piorou seu índice de endividamento em 2022, de 0,38 (2021) para 0,55, em função do crescimento de sua Dívida Consolidada Líquida em +52,3%, de 2021 para 2022, enquanto sua Receita Corrente Líquida cresceu apenas +5,2%.



**Tabela 1 – Grau de Endividamento (GRE) - Regiões, Brasil e Estados Selecionados – 2021 e 2022**

Estado/Região/País	Estado				Capital		
	2021	2022	Relação(%) <sup>1</sup>	Var. %	2021	2022	Var. %
Alagoas	0,38	0,55	71,1	44,8	-	-	-
Bahia	0,38	0,30	38,9	-20,9	0,08	0,05	-35,0
Ceará	0,44	0,34	43,8	-23,3	0,27	0,27	-1,5
Maranhão	0,41	0,33	42,5	-20,4	0,04	-	-
Paraíba	-	-	-	-	-	-	-
Pernambuco	0,36	0,35	45,7	-2,2	0,22	0,18	-15,3
Piauí	0,47	0,51	66,0	8,7	0,12	0,25	116,0
Rio Grande do Norte	0,35	0,32	41,4	-7,2	0,32	0,25	-21,5
Sergipe	0,29	0,31	40,6	6,7	0,11	0,05	-52,3
<b>Nordeste</b>	<b>0,36</b>	<b>0,32</b>	<b>41,7</b>	<b>-9,9</b>	<b>0,12</b>	<b>0,09</b>	<b>-28,1</b>
Norte	0,09	0,12	15,0	33,0	0,14	0,09	-33,8
Sudeste	1,45	1,29	166,7	-11,3	0,28	0,03	-90,2
Espírito Santo	-	-	-	-	-	-	-
Minas Gerais	1,69	1,57	203,0	-7,3	0,10	0,06	-43,7
Sul	0,95	0,85	110,0	-10,0	-	-	-
Centro-Oeste	0,19	0,15	18,9	-24,1	0,18	0,20	14,2
<b>Brasil</b>	<b>0,88</b>	<b>0,77</b>	<b>100,0</b>	<b>-11,8</b>	<b>0,20</b>	<b>0,07</b>	<b>-66,9</b>

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Tesouro Nacional (2022). 1. Relação entre o índice estadual/capital com o índice nacional, em 2022. 2. Quando o Grau de endividamento é zero, quer dizer que o Estado/Capital tinha recurso em caixa acima de sua dívida consolidada líquida.

## Desempenho Fiscal do Governo Federal em 2023

As contas do Governo Federal apresentaram um superávit primário de R\$ 37,8 bilhões, no acumulado dos dois primeiros meses deste ano, resultado que, embora favorável, foi menor do que o observado no mesmo período do ano passado (R\$ 56,4 bilhões). Nos últimos anos, esse tem sido um comportamento padrão, que muda apenas de patamar. Ou seja, geralmente, em janeiro, ocorre o superávit, influenciado pela elevação da arrecadação e do baixo nível de execução das despesas, enquanto fevereiro, por questões sazonais, tem sido deficitário. O bom resultado de janeiro muitas vezes supera o déficit de fevereiro, provocando, portanto, esse superávit nos dois primeiros meses do ano.

De fato, em janeiro, as contas do Governo Central registraram um superávit bastante expressivo, de R\$ 78,3 bilhões, puxado pelo volume da arrecadação de impostos, contribuições e de outras receitas, que alcançou o montante de R\$ 251,7 bilhões, acima do que as projeções indicavam, sendo o maior valor já obtido no mês de janeiro, desde 1995. Em fevereiro, no entanto, as reduções das receitas provenientes dos Impostos de Produtos Industrializados-IPI (-R\$ 2,6 bilhões), da alíquota da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social-COFINS (-R\$ 2,5 bilhões), concessões e permissões (-R\$ 11,8 bilhões), dividendos e participações (-R\$ 3,7 bilhões) e demais receitas (-R\$ 3,7 bilhões), contribuíram para o déficit de R\$ 40,9 bilhões, praticamente o dobro do observado em fevereiro de 2022 (R\$ 20,4 bilhões).

Neste ano, um fato marcante foi o início do novo mandato Presidencial, que trouxe no escopo de suas propostas de ações, a perspectiva de introdução de uma nova regra fiscal. Diante disso, a preocupação do mercado, nesses meses iniciais, foi com o risco de abandono da meta de superávit nas contas públicas, fato que não se confirmou, pois a equipe econômica já apresentou o novo arcabouço fiscal, mantendo o compromisso do atual Governo com a manutenção do superávit primário, sob o pressuposto de que o resultado primário positivo, indica a consistência entre as metas de políticas macroeconômicas e a sustentabilidade da dívida, ou seja, da capacidade de o Governo honrar seus compromissos.

Quando se consideram as contas do Setor Público Consolidado, que engloba União, Estados, Municípios e Empresas Estatais, os resultados mostram um déficit primário de R\$ 26,5 bilhões em fevereiro, ou 3,22% do PIB, o maior, para este mês de fevereiro, desde 2002. A principal razão para esse resultado foi o déficit observado nas contas do Governo Central, uma vez que Estados e Municípios, bem como as empresas estatais, registraram saldo positivo em fevereiro de 2023.

Com isso, o resultado nominal em fevereiro de 2023, que incorpora os juros da dívida pública na conta, e tem sido utilizado para comparações internacionais, registrou um déficit de R\$ 90,6 bilhões nesse mês, alcançando em 12 meses até fevereiro, o volume de R\$ 565,8 bilhões, equivalentes a 5,62% do PIB. Convém ressaltar que o resultado nominal mensal das contas do Setor Público reflete as atuações do Banco Central no mercado de câmbio, bem como na taxa Selic, que é fixada pelo BACEN. Atualmente, a taxa está em 13,75%, bem acima da inflação, o que, certamente, agrava o quadro de endividamento do setor público, bem como desestimula os investimentos produtivos privados.

O déficit nominal é geralmente utilizado pelas Agências de Classificação de risco para definição da nota de crédito dos países, as quais servem de bússola para orientar os grandes investidores internacionais.

**Tabela 1 – Resultado do Tesouro Nacional – 2023 (Em R\$ milhões – a preços correntes)**

Discriminação	Janeiro 2023	Fevereiro 2023	Jan-Fev		Variação (2023/2022)	
			2022	2023	Nominal	Real
1. RECEITA TOTAL	256.935,50	153.406	401.895	410.738	2,20%	-3,30%
2. TRANSF POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	36.684,40	50.706	81.572	87.359	7,10%	1,40%
3. RECEITA LÍQUIDA (1-2)	220.251,10	102.699	320.322	323.380	1,00%	-4,50%
4. DESPESA TOTAL	141.925,00	143.688	263.878	285.611	8,20%	2,40%
<b>5. RESULTADO PRIMÁRIO GOV CENTRAL (3 - 4)</b>	<b>78.326,10</b>	<b>-40.989</b>	<b>56.444</b>	<b>37.768</b>	<b>-33,10%</b>	<b>-36,40%</b>
Tesouro Nacional	94.847,20	-20.026	91.109	75.252	-17,40%	-21,80%
Banco Central	-3,4	83	63	80	26,10%	20,60%
Previdência Social (RGPS)	-16.517,80	-21.046	-34.729	-37.563	8,20%	2,30%
<b>6. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB</b>			<b>3,80%</b>	<b>2,30%</b>	-	-

Fonte: Tesouro Nacional

**Tabela 2 – Necessidades de financiamento do setor público - 2023 (R\$ milhões correntes)**

Discriminação	Fluxos Mensais		Fluxos em 12 meses			
	Jan	Fev	Jan	% PIB	Fev	% PIB
<b>NOMINAL</b>	<b>-46 692</b>	<b>90 606</b>	<b>497 802</b>	<b>4,97</b>	<b>565 863</b>	<b>5,62</b>
Governo Central(1/)	-34 888	94 545	478 266	4,78	533 982	5,30
Governos estaduais	-10 197	506	38 667	0,39	49 092	0,49
Governos municipais	-4 185	-4 000	-24 336	-0,24	-24 117	-0,24
Empresas estatais(2/)	2 578	- 445	5 205	0,05	6 905	0,07
<b>JUROS NOMINAIS</b>	<b>52 320</b>	<b>64 153</b>	<b>620 975</b>	<b>6,20</b>	<b>659 112</b>	<b>6,54</b>
Governo Central	44 517	55 307	535 188	5,35	570 847	5,67
Governos estaduais	7 071	8 048	76 681	0,77	79 077	0,78
Governos municipais	318	305	4 368	0,04	4 291	0,04
Empresas estatais(2/)	414	493	4 738	0,05	4 896	0,05
<b>PRIMÁRIO</b>	<b>-99 013</b>	<b>26 453</b>	<b>-123 173</b>	<b>-1,23</b>	<b>-93 250</b>	<b>-0,93</b>
Governo Central	-79 405	39 238	-56 922	-0,57	-36 865	-0,37
Governos estaduais	-17 268	-7 542	-38 015	-0,38	-29 985	-0,30
Governos municipais	-4 504	-4 305	-28 704	-0,29	-28 408	-0,28
Empresas estatais(2/)	2 164	- 938	467	0,00	2 009	0,02
PIB últimos 12 meses*			10 009 154	-	10 076 168	-

\* Dados preliminares.

## Agenda

### Próximas Divulgações

**segunda-feira, 24 de abril de 2023**

Relatório Focus (Banco Central)

**terça-feira, 25 de abril de 2023**

Pesquisa Mensal de Comércio

**quarta-feira, 26 de abril de 2023**

Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15

Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física - Regional

**quinta-feira, 27 de abril de 2023**

Pesquisa Mensal de Serviços

**sexta-feira, 28 de abril de 2023**

Índice de Preços ao Produtor - Indústrias Extrativas e de Transformação

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Mensal